

FOLHA DE S. PAULO

Fórum é

22 JAN 2015

incendiado

em retaliação

a juiz no MA

Magistrado indeferiu pedido de afastamento do prefeito de Buriti

ONDE FICA



DIOGENES CAMPANHIA
MARTHA ALVES
DE SÃO PAULO

O processo de cassação do prefeito da pequena Buriti (330 km de São Luís), no Maranhão, terminou com cenas de faroeste na última terça (20): o fórum da cidade foi incendiado, e o juiz usou uma arma para conter um homem que arrombou seu gabinete com um machado.

Pela manhã, o magistrado Jorge Antonio Sales Leite havia indeferido um pedido de afastamento do prefeito Rafael Mesquita Brasil e de seu vice, Raimundo Camilo, ambos do PRB. Os dois são acusados de compra de votos.

À tarde, após saber do resultado favorável ao político, ao menos 15 pessoas invadiram o fórum e atearam fogo no local, danificando móveis, computadores e processos.

O incêndio precisou ser controlado por um caminhão pipa da prefeitura, porque o Corpo de Bombeiros fica distante do município.

Também houve uma tentativa de agressão, segundo o juiz. Ele afirma que seu gabinete foi arrombado por Lourival Batista, irmão de Lourivaldo Batista (PHS), candidato a prefeito derrotado em 2012.

Ao menos 15 pessoas invadiram e atearam fogo no local; juiz usou arma para conter homem com machado

Com um machado, Lourival entrou na sala de Jorge Sales, que sacou sua arma para, segundo ele, apenas “pedir calma”. Eles lutaram até a chegada da Polícia Militar.

Cinco pessoas foram detidas nesta quarta (21) sob suspeita de terem participado do ataque. Lourival Batista e um outro homem continuavam foragidos, mas, segundo a PM, o irmão do ex-candidato havia prometido se entregar até a próxima sexta.

O juiz deixou Buriti de madrugada para prestar depoimento em São Luís, onde foi aberto o inquérito sobre o caso. Ele diz que pretende continuar atuando no município de cerca de 27 mil habitantes e que terá escolta policial.

O PROCESSO

O prefeito Rafael Mesquita e o vice Raimundo Camilo foram alvo de uma representação sob a suspeita de compra de votos nas eleições municipais de 2012.

Uma moradora de um povoado em Buriti havia dito que Ivonice Mourão, então secretária de Assistência Social do município, havia lhe oferecido “ajuda” para que a filha fizesse um exame de ressonância magnética. Em troca, a mãe deveria votar em Mesquita na eleição.

O juiz afirmou que a testemunha prestou dois depoimentos contraditórios durante o processo. “Que confiança eu tenho num depoimento desses? A pessoa que ler o processo vai perceber que minha decisão foi justa”, disse à *Folha* o magistrado.

Rafael Mesquita foi eleito com uma diferença de 804 votos para Lourival Batista.

Em julho do ano passado, o prefeito e seu vice foram condenados pela 25ª zona eleitoral do Maranhão à cassação de seus diplomas e inelegibilidade por oito anos.

A condenação, no entanto, foi reformada pelo Tribunal Regional Eleitoral. A corte afirmou que Mesquita ainda responde a uma ação de impugnação de mandato.

O juiz Sales, porém, não analisou esse caso. O prefeito não foi localizado pela reportagem.

CONTINUA

22 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Peguei minha arma e pedi calma', afirma magistrado alvo de ataque

DE SÃO PAULO

O juiz Jorge Antonio Sales diz que não deixará Buriti. "Foi um ato isolado", afirma.

Folha - Como foi a invasão?

Jorge Sales - De repente, foi aquele barulho todo. Quando abri a porta, vi o fogo. Me fechei no gabinete e só ouvi os gritos. Não podia sair, porque a janela tem grades. Um deles conseguiu arrombar a porta com um machado. Peguei minha arma e pedi calma.

Vocês lutaram?

Fiquei empurrando ele com a mão esquerda e segu-

rando a arma com a direita. Dizia: "Fique calmo". E ele: "Não, você vai comigo".

O que pensou nessa hora?

"Meu Deus, vou matar alguém." Chegaram os policiais, que o dominaram, mas ele conseguiu se desvencilhar. Só havia três policiais na cidade. E eram 12 [invasores]. Saí do fórum e fiquei dez, 15 minutos na porta, com a população. Ninguém mexingou.

O sr. teve medo de morrer?

O medo psicológico é maior que o medo físico. Quando tentaram arrombar a porta, era muita gente gritando e você não sabe o que vem.



Fórum de Buriti incendiado em protesto de moradores

22 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Liberdade de expressão

Em função de opinião de caráter pessoal emitida por mim sobre liberdade de expressão e liberdade religiosa, este respeitável jornal criticou-me, no editorial "César, o papa e o califa" ("Opinião", 20/1), chegando ao ponto de afirmar que eu não me oponho ao terrorismo —causando, com isso, a impressão de que sou a favor. Deixo clara a minha opinião: sou visceralmente contrário ao terrorismo e a qualquer ato de violência. Nada os justifica. Nada os legitima. Trata-se de um princípio que sempre defendi com força, como um homem do Direito e das leis. Princípio, aliás, que não contradiz minha avaliação anterior, de que zombar de crenças religiosas alheias não contribui para a paz e para a solidariedade.

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR, secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania (São Paulo, SP)

22 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Empreiteiras reagem à estratégia do governo de jogar culpa no cartel

Construtoras avaliam que caminho adotado pelo juiz Moro poupa políticos que indicaram diretores da estatal

VERA MAGALHÃES
EDITORA DO PAINEL

Acusadas de formar um "clube" para dividir obras da Petrobras, as empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato reagem e apontam a própria empresa como a responsável por ditar as regras dos acordos que levaram aos desvios bilionários na estatal.

As primeiras iniciativas para tentar reagir ao que as empreiteiras veem como uma estratégia do governo para poupar a Petrobras de processos internacionais e seus dirigentes atuais de envolvimento nas investigações foram tomadas pelos advogados da UTC, uma das empresas acusadas de integrar o cartel.

Em artigo publicado nesta semana e em peças anexadas ao processo, a defesa da construtora sustenta que a prova de que era a Petrobras quem detinha o total controle das regras é o comunicado em que a estatal proibiu, no fim de 2014, 23 construtoras de participarem de licitações.

A tese, que será abraçada também por outras empresas que têm proprietários ou executivos presos, é que as empreiteiras não podem ser responsabilizadas "na pessoa jurídica" pelos desvios, enquanto a diretores da Petrobras são imputados crimes "na pessoa física", preservando a integridade da estatal.

Os advogados acham que

o Ministério Público e o juiz Sergio Moro ajudam, ainda que involuntariamente, a estratégia do governo de poupar a Petrobras e a atual direção, ao apontarem o cartel.

Avaliam, ainda, que esse caminho poupa os políticos que detinham as indicações dos diretores flagrados em negociações com o doleiro Alberto Youssef e as construtoras, pois circunscreve os crimes a funcionários que teriam se unido a empreiteiros para "pilhar" a Petrobras, como enunciou Dilma Rousseff nos discursos de posse.

Para o governo, a reação orquestrada das empreiteiras é mais uma prova do cartel,

além de uma tentativa dos corruptores de escaparem incólumes à primeira investigação que os colocou no banco dos réus e atrás das grades.

Resta saber se, para conseguir tirar seus dirigentes da cadeia e se contrapor à tese que as prejudica, as empresas terão coragem de apontar como funcionavam, segundo sua versão, as engrenagens do esquema comandado pela Petrobras e pelos políticos.

Até agora, nenhum dos executivos quis apontar nessa direção, até porque as empresas ainda tentam manter sua capacidade de contratar com o setor público, por meio de acordos de leniência.

Executivos pedem que juiz se declare impedido no caso

Os advogados dos executivos OAS presos desde novembro pediram nesta quarta (21) ao juiz federal Sergio Moro que se declare suspeito e deixe a condução dos processos e inquéritos da Lava Jato.

Os advogados também pediram a nulidade de provas e do processo. Eles argumentam que, em 2010, o juiz havia se declarado suspeito por razões íntimas para atuar em um inquérito que tratava do doleiro Alberto Youssef.

Naquele inquérito, o juiz se apresentou em dificuldade para continuar no caso porque discordou do encaminhamento dado pelo Ministério Público Federal a um acordo de delação premiada fechado com o doleiro em relação ao caso Banestado, que desvendou remessas ao exterior.

Para a OAS, a decisão de se declarar suspeito impediria Moro de conduzir "qualquer outro processo em que estivesse envolvido o corréu [Youssef]". Procurado na noite desta quarta, o juiz não foi encontrado para comentar.

Em sua defesa prévia, a Galvão Engenharia, pediu a transferência do processo para o Rio, sob a alegação de que lá fica a sede da Petrobras.

CONTINUA

22 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

LIBERDADE NEGADA

Laurita Vaz, presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, negou nesta quarta pedidos de habeas corpus de dirigentes da Camargo Corrêa presos: Eduardo Leite, Dalton dos Santos Avancini e João Ricardo Auler.

22 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Vergonha nacional

ARNALDO NISKIER

Quando em um universo de 6 milhões de alunos só 250 tiveram nota máxima na redação, precisamos exigir do Estado providências urgentes

Estamos vivendo em nosso país tempos sombrios em matéria de qualidade do ensino, especialmente se considerarmos a educação pública. Os resultados do Enem são catastróficos. Houve uma queda de 7,3% no desempenho médio em matemática. Na redação foi pior ainda: 9,7%. Vamos caminhando para o fundo do poço.

Dos 5,9 milhões de candidatos, 529 mil tiraram nota zero na redação sobre publicidade infantil. Ou seja, são estudantes que concluíram o ensino médio, sabe-se lá Deus como, mas padecem dos males do analfabetismo funcional. São incapazes de raciocínios elementares. O que esperar dessa geração?

Quando em um universo de quase 6 milhões de alunos só 250 tiraram a nota máxima (mil) na indispensável redação, pode-se inferir que estamos diante de uma fase caótica, a exigir providências que não podem mais tardar. Só o discurso bonito não produz efeitos práticos.

O argumento de que houve um suave aumento nas notas em ciências humanas, ciências da natureza e linguagens não convence. Na média, de um ano para o outro, hou-

ve uma diminuição de 1% na nota geral. É com esse quadro que vamos oferecer competentes recursos humanos para ampliar o atendimento ao ensino superior? Todos dizem que poderíamos estar com 10 milhões de universitários (temos 7 milhões), mas de que vale crescer o número com pessoas literalmente incompetentes?

A análise do fenômeno da redação enseja curiosas observações. Metade dos que tiraram zero receberam essa nota porque houve fuga do tema. Ou seja, embromação. Cerca de 13 mil copiaram o texto motivador e ainda houve 955 que ofenderam direitos humanos. Não se pode culpar a escolha do tema pelo resultado, pois se os alunos tivessem sido bem preparados com uma boa base de leitura, isso não teria ocorrido.

Em uma conversa de horas com o ex-ministro da Fazenda Ernane

Galvêas, um profundo conhecedor do nosso vernáculo, ouvimos também críticas ao enunciado das questões. Foi taxativo: "Nem eu, com a minha experiência, seria capaz de responder a todas as perguntas sobre língua portuguesa. Fiquei abismado com a falta de objetividade. Aliás, fiquei abismado também com a mania da pegadinha, que empolgou os examinadores".

Como se vê, há problemas em todas as frentes. A educação básica cresceu em números, é certo, mas não corresponde às expectativas no que tange à qualidade. Enquanto se discute o sexo dos anjos, os resultados concretos estão aí, diante de todos, mostrando que há um longo caminho a ser percorrido.

O curioso é que, em todo esse processo, pouco se fala na formação e no aperfeiçoamento dos professores. Temos quase 3 milhões deles no Brasil inteiro, mas é sabido que a qualidade do que se ministra nos cursos de magistério deixa muito a desejar. Para acabar com essa vergonha, só uma ampla reforma.

ARNALDO NISKIER, 79, doutor em educação, é membro da Academia Brasileira de Letras e presidente do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) no Rio de Janeiro

22 JAN 2015

GAZETA DO POVO

STF vê indícios de elo entre parlamentares e esquema na Petrobras

No documento em que homologa o acordo de delação premiada do doleiro Alberto Youssef, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki afirmou que há indício de envolvimento “de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais” no esquema de corrupção e propinas que se instalou na Petrobras. O contrato de delação de Youssef foi anexado pelo juiz Sérgio Moro aos autos da operação Lava Jato a pedido da defesa do doleiro. O conteúdo das revelações feitas pelo doleiro, porém, não faz parte desse documento porque a competência para investigar parlamentares é exclusiva do STF.

CINCO ANOS

de prisão em regime fechado é a pena máxima prevista para o doleiro Alberto Youssef no acordo da delação premiada.

R\$ 1,8 MILHÃO

em espécie e imóveis deverão ser devolvidos por Youssef à União, segundo o acordo com a Justiça.

CONTRAPARTIDA

Além da devolução de valores e bens à União, o doleiro se comprometeu a identificar os autores das organizações criminosas de que tem conhecimento.

CONTINUA

22 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Ministro do STF vê indícios de envolvimento de vários políticos na Lava Jato

Teori Zavaski homologa a delação premiada de Youssef e confirma que há muitas autoridades sob suspeita

CURITIBA E SÃO PAULO
Kelli Kadanus, com
Estadão Conteúdo

❖ Ao homologar o acordo de delação premiada do doleiro Alberto Youssef, alvo central da Operação Lava Jato, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki destacou que há indício de envolvimento "de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais".

"Dos documentos juntados com o pedido é possível constatar que, efetivamente, há elementos indicativos, a partir dos termos do depoimento [de Youssef], de possível envolvimento de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais, o que atrai a competência do Supremo

Tribunal Federal", assinou o ministro, em despacho de 19 de dezembro.

No documento da delação premiada, o Ministério Público Federal (MPF) também menciona o envolvimento de políticos no esquema da Lava Jato. Segundo o MPF, "as vantagens indevidas foram distribuídas entre diversos agentes públicos e privados, em grande parte ainda não identificados e destinadas, também, a agentes políticos".

Depoimentos longos

Preso desde 17 de março, o doleiro fez uma longa bateria de depoimentos à força-tarefa do Ministério Público Federal entre setembro e outubro. Os relatos de Youssef apontam envolvimento de políticos no esquema de corrupção que se instalou na Petrobras a partir da ação de um cartel de

empreiteiras, segundo investigações da Polícia Federal (PF). Em um de seus depoimentos, prestado em 3 de outubro, ele afirmou que "tinham conhecimento" do esquema "a presidência da Petrobras" e o "Palácio do Planalto". Teriam sido apontados cinco nomes de pessoas que tinham conhecimento do esquema.

CONTINUA

AGRAVÃO

Dentre as propriedades que o doleiro Alberto Youssef irá abrir mão estão todos os bens em nome da empresa GFD Investimentos, também aqueles administrados pela Web Hotéis Empreendimentos; 74 unidades autônomas do Condomínio Hotel Aparecida, bem como o empreendimento Web Hotel Aparecida, em Aparecida (SP); Web Hotel Príncipe da Enseada, em Porto Seguro; seis unidades autônomas do Hotel Blue Tree Premium, em Londrina, entre outros.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 JAN 2015

Apesar de
acordo, doleiro
irá cumprir pena
por até 5 anos

Kelli Kadanus, com Estadão

Conteúdo

Apesar de colaborar com a Justiça, o doleiro Alberto Youssef vai cumprir pena em regime fechado por até cinco anos, segundo o acordo firmado com a força-tarefa da Lava Jato. As ações penais e inquéritos serão suspensos e só deverão voltar a correr na Justiça caso o doleiro descumpra os termos do acordo.

O estado de saúde do doleiro também foi levado em consideração. Segundo o termo homologado pelo STF, ele poderá pleitear à Justiça a realização e pagamento de exames e tratamentos médicos em rede privada caso a rede pública não disponibilize o tratamento necessário.

Em troca dos benefícios, Youssef se comprometeu a identificar todos os participantes — pessoas físicas e jurídicas — do esquema, bem como a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas do grupo. O acordo de colaboração não abrange fatos ilícitos cometidos pelo doleiro depois de 14 de março de 2014. Se houver identificação de conduta criminosa depois dessa data, o acordo será rescindido.

Além disso, o doleiro coloca bens à disposição da Justiça. Youssef abriu mão de uma série de imóveis, incluindo terrenos e apartamentos de hotéis em seis cidades, bens e veículos que ele admitiu serem frutos de atividade criminosa.

22 JAN 2015

GAZETA DO POVO

» CAMARGO CORRÊA STJ nega habeas corpus à cúpula de construtora

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de habeas corpus a três dirigentes da construtora Camargo Corrêa presos pela Operação Lava Jato.

A vice-presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, indeferiu pedidos de liminares em habeas corpus para Eduardo Hermelino Leite, vice-presidente da empreiteira; Dalton dos Santos Avancini, presidente da Camargo Corrêa; e João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração da empresa. A ministra Laurita Vaz é a presidente em exercício do STJ, que está em período de recesso.

Os três executivos estão presos preventivamente na Superintendência da Polícia Federal (PF) de Curitiba desde novembro do ano passado, quando foi deflagrada a última fase da Lava Jato.

Defesa pede afastamento do juiz Sérgio Moro

Os advogados dos executivos da empreiteira OAS — presos em Curitiba desde novembro pela sétima fase da Operação Lava Jato — pediram ontem ao juiz federal Sérgio Moro que se declare suspeito e deixe a condução dos processos e inquéritos vinculados à operação. Os advogados também pediram a nulidade de inúmeras provas e a nulidade do processo desde o princípio.

Na defesa prévia, protocolada em ação penal aberta na Justiça Federal do Paraná, os advogados dos funcionários da construtora OAS alegaram que, em 2010, o juiz havia se declarado suspeito para atuar em um inquérito do caso Baneestado que envolvia Alberto Youssef por discordar do acordo de delação premiada fechado com o doleiro.

Procurado por telefone pela reportagem no início da noite de ontem, Moro não foi encontrado para falar sobre o assunto. A assessoria da Justiça Federal também não foi localizada.

22 JAN 2015

GAZETA DO POVO

NA JUSTIÇA

Militar renuncia a benefício e impede filha de ter pensão

O Superior Tribunal de Justiça anulou o pagamento de pensão à filha de um militar da Aeronáutica falecido. O colegiado entendeu que o pagamento era indevido, uma vez que ele havia renunciado à manutenção do benefício para filhas maiores e capazes. Após o falecimento do pai, a mulher ingressou com o pedido de pensão militar, que foi indeferido pela União. Inconformada, ela entrou com ação no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que condenou a União e determinou que ela pagasse pensão e retroativos à data da morte. A sentença foi revertida pela União no STJ. Segundo a Justiça, após a aposentadoria, o militar assinou uma declaração fornecida pela Base Aérea de Fortaleza informando que não desejava destinar o benefício à filha. À Justiça, ela alegou que a declaração é duvidosa, pois foi expedida pela Aeronáutica e assinada em momento no qual ainda não havia muita informação sobre as alterações da lei sobre as pensões.

Prefeitura de Curitiba distribui cartilha contra abuso sexual

Usuários do transporte coletivo que passaram pelo terminal do Cabral, em Curitiba, ontem, receberam uma cartilha da campanha "Busão sem abuso", com orientações sobre como deve proceder uma pessoa que sofra ou presencie abuso sexual em ônibus. O objetivo é encorajar vítimas e testemunhas a denunciar o abuso de forma rápida. Os casos devem ser denunciados pelo telefone 153, da Guarda Municipal, ou então pelo 190, da Polícia Militar.

22 JAN 2015

GAZETA DO POVO

» SEGURANÇA PÚBLICA

Secretário ataca colunista em rede social

| José Marcos Lopes e Rhodrigo Deda

O secretário estadual de Segurança, Fernando Francischini, usou sua conta no Facebook para atacar o colunista Celso Nascimento, da *Gazeta do Povo*, no último domingo. Nascimento havia publicado uma coluna na edição daquele dia criticando a política de segurança no estado com base numa conversa que teve com oficiais da Polícia Militar na quinta e na sexta-feira. No texto, ele alertava para o risco de uma “cultura da violência” na gestão do secretário. Em resposta, Francischini divulgou na rede social que a coluna de Celso Nascimento teria sido motivada por uma abordagem policial sofrida dois dias antes.

Nascimento conta que, na noite da quinta-feira passada, por volta das 21h30, se dirigia com sua mulher a um restaurante quando entrou, por engano, na contramão de uma rua. O colunista, então, foi abordado por um carro da PM. “Dois soldados saltaram da viatura apontando pistolas para mim e me mandando descer do carro”, afirma. Eles teriam revistado Nascimento e mandado que ele calasse a boca, ameaçando prendê-lo por desacato.

O colunista diz que teve de ficar no local até por volta de meia-noite. Nesse período, telefonou para o coronel aposentado da PM Eliseo Furquim.

Naquele mesmo dia, à tarde, Nascimento havia conversado com o coronel, que passou a informação abordada na coluna. Furquim confirma a informação e afirma ter procurado o colunista para alertar sobre o

risco de cultura de violência. Após a conversa, uma reunião foi agendada com membros da PM para a sexta-feira.

“Quando abordado por policiais, arrisquei-me a ligar para o coronel Furquim para contar-lhe o quão profética tinha sido a afirmação que me fizera naquela tarde. Nada lhe pedi.”

Furquim falou com um policial para questionar o motivo de o colunista ser retido portanto tempo, já que a multa havia sido registrada. “Esperamos ainda mais meia hora para que me apresentassem o auto de infração e nos liberassem. Pergunto: havia necessidade de tanto abuso e desrespeito?”, questiona o colunista.

No domingo, às 15h24, Francischini publicou no Facebook: “O suposto colunista Celso Nascimento dirigindo seu veículo em uma contramão de direção com as luzes apagadas (...) não obedeceu à ordem de parada de uma viatura do BPTran, tentou dar uma carteirada ligando para uma autoridade para não ser autuado e, ao final, ainda ameaçou os soldados” (ver infográfico).

O secretário compartilhou uma cópia do boletim de ocorrência, registrado no dia 16, às 10h26, onde não consta que Nascimento tentou fugir ou que o carro estivesse com os faróis apagados. Um segundo documento foi registrado pela polícia às 00h15 de domingo (após a publicação da coluna, que começa a circular no sábado à tarde). Nesse documento consta declaração de um policial que afirma que o jornalista tentou dar uma “carteirada”. Furquim nega que Nascimento tenha telefonado para evitar ser multado ou pedir punição aos policiais. O coronel diz que conversou com o policial e pediu para que ele multasse Nascimento e o dispensasse.

CONTINUA

22 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FACÍMILE

Entenda o caso envolvendo o secretário Fernando Francischini e o colunista Celso Nascimento.

1 Boletim de ocorrência

O boletim de ocorrência foi registrado às 10h26 de 16 de janeiro. Não consta no documento que Nascimento teria declarado ser colunista da Gazeta do Povo e, por essa razão, poderia publicar "fatos bons ou ruins a respeito da Polícia Militar do Paraná".

PM PARANÁ - COMPANHIA DE TRÂNSITO		
END: RUA PRIMEIRA DE ABRIL, 111 - GARÇA DA IMPR. 13281150		
PO DE SO: Inicial	DATA DO REGISTRO: 16/01/2015	HORA DO REGISTRO: 10:26
PROTOCOLO: AF498533		
FERREIRA DO NASCIMENTO PORTADOR DO RG: 4.718.462 D QUEM CRITICOU E ALTEROU-SE COM MESMO USUÁRIO DE INFLUÊNCIA, LIGANDO PARA O CEL. FURQUIM O QUAL FEZ CONTATO COM ESSE NOTIFICADO E LIBERADO O COMPUTADOR E SEU VEÍCULO NO LOCAL. A ABORDAGEM FOI VI-		

2 A coluna de Nascimento da edição de domingo começa a circular a partir das 14h de sábado nas ruas da cidade.

3 Termo de declaração

Na madrugada de domingo, às 00h15, a PM coletou depoimento de um dos policiais. Nesse novo documento consta que Celso Nascimento teria dito ser colunista da Gazeta e poderia publicar "fatos bons ou ruins a respeito da Polícia Militar do Paraná".

POLÍCIA MILITAR	
1ª COMPANHIA REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR	
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO	
Nos dias doze do mês de janeiro, do ano de dois mil e quinze, nesta cidade Curitiba, Estado do Paraná, no Quartel do Batalhão de Polícia de Trânsito, na sala de operações, na presença desta Oficial Coordenadora de policiamento da Unidade, compareceram às 00h15min, o Sr. QPM 1-01 (Ezequiel Estevão dos Santos, RG nº 955.617-4, filho de Davi...	
sentido único, art. 186 II do CTB. Que o abordado passou a usar de influências falsas que conhecia coronéis da PMPR e o Governador do Estado e que é colunista do jornal Gazeta do Povo podendo publicar fatos bons ou ruins a respeito da Polícia Militar do Paraná, chegou a realizar contato com o Sr. Cel RR Eliceo Furquim, o qual orientou as equipes para que...	

4 No domingo, às 16h24, Francischini publicou no Facebook texto afirmando que o jornalista teria dado uma "carteirada".

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

NOTA DO SECRETÁRIO

Francischini questiona ética do jornalista

O secretário Fernando Francischini se manifestou sobre o caso por nota enviada ao jornal. "Sou um defensor da liberdade de imprensa. Mas não poderia deixar de me manifestar sobre o desvio ético de alguém que comete uma infração grave de trânsito", alega. Ele negou que haja algu-

ma orientação para a polícia agir com violência. "Mas, sim, linha dura contra os bandidos que fazem as pessoas de bem reféns em suas próprias casas. Me estranha um cidadão de bem, que nada deve, ligar para um coronel, no meio da noite, simplesmente para relatar uma abordagem". Francischini disse que foi aberta sindicância para apurar a ocorrência e que acredita que os policiais agiram de maneira certa.

22 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

STJ anula pensão a filha de militar

O Superior Tribunal de Justiça anulou o pagamento de pensão à filha de um militar da Aeronáutica falecido. O colegiado entendeu que o pagamento era indevido, uma vez que ele havia renunciado à manutenção do benefício para filhas maiores e capazes. Após o falecimento do pai, a mulher ingressou com o pedido de pensão militar, que foi indeferido pela União. Inconformada, ela entrou com ação no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que condenou a União e determinou que ela pagasse pensão e retroativos à data da morte. A sentença foi revertida pela União no STJ.

Dúvida sobre declaração

Segundo a Justiça, após a aposentadoria, o militar assinou uma declaração fornecida pela Base Aérea de Fortaleza, informando que não desejava destinar o benefício à filha. A Justiça, ela alegou que a declaração é duvidosa, pois foi expedida pela Aeronáutica e assinada em momento no qual ainda não havia muita informação sobre as alterações da lei sobre as pensões. "A mera alegação de que a declaração assinada pelo genitor é nula não é apta a desconstituir o ato administrativo, pois não se pode deduzir, como pretende a autora, que a administração se revestia de dúvida quanto à exegese da norma legal - desoneração da previdência militar", disse o ministro Humberto Martins, relator do recurso no STJ.

Incêndio em fórum do Maranhão

O processo de cassação do prefeito de Buriti (318 km de São Luís) terminou com o fórum da cidade incendiado por um grupo revoltado com a decisão do juiz de indeferir o afastamento de Rafael Mesquita do cargo, na tarde de terça-feira. Após saber do resultado favorável ao prefeito, ao menos 15 pessoas invadiram o fórum e atearam fogo no local. Não houve feridos, de acordo com a Polícia Militar de Chapadinha. Segundo a PM, manifestantes tentaram amarrar o juiz Jorge Antônio Sales, que conseguiu fugir do grupo escoltado por policiais militares. Cinco pessoas foram presas sob suspeita de terem provocado o incêndio.

Recursos não contabilizados

O prefeito Rafael Mesquita e o vice Raimundo Nonato Mendes Cardoso eram julgados em um processo de improbidade administrativa pelo uso indevido de recursos não contabilizados em contas. Os dois negaram ao juiz ter contratado os serviços do proprietário de um de ultraleve que lançou panfletos durante campanha com pesquisa eleitoral registrada. Em julho do ano passado, os dois foram condenados pela 25ª zona eleitoral, que havia cassado os diplomas e os declarado inelegíveis por oito anos. Mas na manhã de terça, ambos conseguiram reverter a decisão, provocando a revolta de um grupo de moradores da cidade.

22 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Defesa de presidente da OAS pede nulidade de processo

Advogado quer ainda que seja decretada a suspensão do juiz Sérgio Moro e a anulação do depoimento do doleiro Alberto Youssef

Fausto Macedo,
Ricardo Brandt e
Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - A defesa do presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro Filho - preso preventivamente desde o dia 14 de novembro de 2014, acusado de integrar o suposto cartel que fatiava obras na Petrobras -, apresentou na Justiça Federal, em Curitiba, na tarde de ontem, resposta à acusação criminal da força-tarefa da Lava Jato, em que sustenta que a competência para julgar o caso é da Justiça Estadual.

“Não há um crime sequer de competência federal na denúncia do MPF. Fala-se de corrupção de funcionário da Petrobras, de lavagem de dinheiro da suposta propina e de organização criminosa, mas nada que seja de interesse da União”, argumenta o criminalista Roberto Lopes Telhada.

A defesa pede que seja decretada a suspeição do juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, a nulidade de todo processo, a

nulidade das interceptações telefônicas usadas na denúncia, a nulidade do depoimento do doleiro Alberto Youssef - em que ele confessou o esquema de corrupção e propina na Petrobras - e absolvição das acusações imputadas ao cliente, em especial, a de uso de documentos falsos. Subscvem os pedidos os advogados Jacinto Coutinho, Edward de Carvalho e Bruna Breus.

A resposta à acusação é a primeira peça de defesa do executivo da OAS na ação penal em que ele é réu por desvios na Petrobras, por intermédio do ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef. Léo Pinheiro, como é conhecido, está preso na Sede da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

A defesa alega que em decisão anterior, em outro caso em que se investigava “eventual superfaturamento de preços” em concorrências da Petrobras e “supostos crimes contra a ordem econômica e licitatórios” envolvendo funcionários da esta-

tal, o Supremo Tribunal Federal (STF) “já pacificou pelo Pleno a competência da Justiça Estadual”.

O documento de defesa alega ainda incompetência do juiz federal Sérgio Moro para julgar o caso, apontando dois outros atos que justificariam a decisão. Além de apontar que o magistrado teria “manipulado” o processo para manter as investigações sobre sua tutela, teria agido de forma irregular ao permitir apuração na Justiça de primeiro grau do ex-deputado federal José Janeke (PP-PR), em 2006, quando ainda era parlamentar. Como deputado, ele teria direito a foro privilegiado, tendo que ser investigado em órgãos superiores. O deputado, morto em 2010, foi a origem do caso Lava Jato.

CONTINUA

22 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DEFESAS

Os advogados de Léo Pinheiro apresentaram outros dois pedidos - de exceção de competência e de exceção de suspeição e impedimento - para tentar tirar o processo da 13ª Vara Criminal, da Justiça Federal, em Curitiba.

Nos pedidos, a defesa de Léo Pinheiro usa uma decisão de 2010 do juiz Sérgio Moro para argumentar que ele seria "suspeito por questões de foro íntimo" para julgar qualquer caso envolvendo o doleiro Alberto Youssef.

"(O juízo) Jamais poderia conduzir qualquer outro processo em que estivesse envolvido o corréu delator Alberto Youssef, muito menos dar validade a um inquestionável e imoral acordo firmado com tal cidadão."

Nas peças, o advogado cita as apurações do caso Mensalão, diz que houve "manipulação" por parte do magistrado para tentar manter o caso sob sua guarda e aponta supostas irregularidades no uso das interceptações telefônicas usadas no processo.

Na resposta à Justiça Federal, a defesa alega que Léo Pinheiro está preso preventivamente "sem nenhuma justificativa que encontre amparo nas regras e princípios vigentes, tendo acesso negado às delações que sustentam sua prisão e a imputação que lhe foi formulada".

22 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Após rebelião, Justiça decreta mudança em PE

Brasília – Desde ontem, a 1ª Vara Regional de Execução Penal de Pernambuco funciona em caráter de regime especial. A medida foi decretada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Frederico de Almeida Neves. Na prática, significa que seis novos juízes passarão a ajudar os dois magistrados encarregados de analisar os cerca de 17 mil processos que tramitam na 1ª Vara.

Ao justificar a necessidade do regime especial, o desembargador citou o anúncio feito anteontem pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos. Em resposta às exigências dos presos do Complexo Prisional do Curado, no Recife, o governo estadual se comprometeu a contratar mais 20 advogados para atuarem na Defensoria Pública, analisando os processos de execução penal dos detentos.

Grande parte dos processos que se acumulam na 1ª Vara são de presos do Curado, palco de uma rebelião desde a última segunda-feira. Os detentos queixam-se da lotação da unidade e exigem rapidez no julgamento dos processos de presos que aguardam julgamento ou que pedem revisão de suas penas. Um sargento da Polícia Militar e dois presos morreram e dezenas de detentos ficaram feridos em meio à confusão.

22 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO Ministro do STF

vê indícios contra 'várias autoridades'

Afirmação de Teori consta de acordo de homologação da delação de Youssef, que ligou parlamentares à corrupção na Petrobrás

Ao homologar o acordo de delação premiada do doleiro Alberto Youssef, alvo central da Operação Lava Jato, o ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki destacou que há indício de envolvimento "de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais".

"Dos documentos juntados com o pedido é possível constatar que, efetivamente, há elementos indicativos, a partir dos termos do depoimento (de Youssef), de possível envolvimento de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais, o que atrai a competência do Supremo Tribunal Federal", assinalou o ministro, em despacho de 19 de dezembro.

Preso desde 17 de março, o doleiro fez uma longa bateria de depoimentos à força-tarefa do Ministério Público Federal entre setembro e outubro. Os relatos de Youssef apontam envolvimento de políticos no esquema de corrupção e propinas que se instalou na Petrobrás a partir da ação de um cartel de empreiteiras, segundo a Polícia Federal.

Em um de seus depoimentos, prestado em 3 de outubro, ele afirmou que "tinham conhecimento" do esquema "a presidência da Petrobrás" e o "Palácio do Planalto" - aqui, apontou cinco nomes.

O contrato de delação do doleiro que liderou o esquema de lavagem de cerca de R\$ 10 bilhões e desvios de valores envol-

vendo fundos de pensão e obras públicas foi anexado pelo juiz Sérgio Moro aos autos da Lava Jato a pedido de sua defesa.

O conteúdo das revelações não faz parte desse documento porque a competência para investigar parlamentares é exclusiva do Supremo. Outra delação, do ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, também está sob a tutela da Corte máxima porque cita deputados e senadores como beneficiários de dinheiro ilícito de mafeitos na estatal petrolífera.

O contrato de delação de Youssef é dividido em 23 cláusulas. Ele aceitou cumprir uma pena mínima de três anos, não superior a cinco anos. Além disso, caso sua condenação nas ações penais nas quais já é réu ou nas que ainda possam surgir contra ele somem 30 anos de prisão, todos os processos e inquéritos policiais serão suspensos por um período de dez anos.

Em contrapartida, o doleiro se comprometeu a identificar todos os "autores, coautores, participantes das diversas organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento" e se dispôs a revelar a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas destas organizações, além de recuperar total ou parcialmente o "produto e/ou proveito das infrações penais de que tenha ou venha a ter conhecimento" no Brasil e no exterior. Ele terá que fornecer documentos e provas materiais sobre os grupos criminosos.

Imóveis. Em uma das cláusulas do acordo, Youssef abriu mão em favor da Justiça de uma série de imóveis, incluindo terrenos e apartamentos de hotéis

em seis cidades, bens e veículos que ele admitiu serem frutos de atividade criminosa.

Dentre as propriedades estão: todos os bens em nome da GFD Investimentos - uma de suas empresas de fachada usada para circular dinheiro de propina -, também aqueles administrados pela Web Hotéis Empreendimentos; 74 unidades autônomas do Condomínio Hotel Aparecida, bem como o empreendimento Web Hotel Aparecida, em Aparecida (SP); 37,23% do imóvel onde está instalado o Web Hotel Salvador; Web Hotel Príncipe da Enseada, localizado em Porto Seguro; seis unidades autônomas do Hotel Blue Tree Premium, em Londrina (PR); 34,88% das ações da empresa Hotel Jahu S.A; 50% do terreno do loteamento Granjas Reunidas Ipitanga, em Lauro de Freitas (BA), de 4.800m² avaliado em R\$ 5,3 milhões bem com o empreendimento em construção no local; um imóvel de 300m² em Camaçari (BA).

O doleiro abriu mão de um veículo Volvo XC60, um Volkswagen Tiguan 2.0, ambos blindados, e de uma Mercedes Benz CLS 500. Os blindados ficarão depositados judicialmente em nome das filhas de Youssef, que poderão utilizá-los como medida de segurança enquanto o pai estiver preso. Após a progressão de regime de Youssef, ou caso as filhas decidam abrir mão, os veículos serão alienados pela Justiça. / MATEUS COUTINHO,

RICARDO BRANDT e FAUSTO MACEDO

22 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Recursos de empreiteiros são todos barrados

Quase 40 habeas corpus já foram rejeitados nas cortes superiores; ontem STJ negou soltura de mais 3 executivos de empresa

Pelo menos 36 pedidos de habeas corpus dos 11 executivos de empreiteiras investigados pela Operação Lava Jato foram indeferidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 14 de novembro – quando foram decretados 36 mandados de prisões preventiva e temporária, além de conduções coercitivas, de suspeitos de envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro na Petrobrás que teria movimentado R\$ 10 bilhões.

Do total, uma minoria de pedidos foi indeferida liminarmente, o que significa que nem chegou a ter méritos apreciados.

Os executivos da empresa OAS foram os que mais tiveram pedidos de liberdade negados: José Aldemário Pinheiro Filho, presidente, e Mateus Coutinho de Sá Oliveira, vice-presidente.

Ontem, o STJ negou pedido de habeas corpus a três dirigentes da construtora Camargo Corrêa presos na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. A vice-presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, indeferiu pedidos de liminares em habeas corpus para Eduardo Hermelino Leite, diretor vice-presidente, Dalton dos Santos Avancini, diretor-presidente, e João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração. A ministra Laurita Vaz é a presidente em exercício do STJ, que está em período de recesso.

Cinco dias antes, foi a vez do vice-presidente da Engevix, Gerson de Mello Almada, ter pedido de liberdade indeferido pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, em Porto Alegre.

•Tentativas

36 pedidos de habeas corpus foram feitos até agora às cortes superiores a fim de tentar tirar da cadeia os empreiteiros presos. Nenhum deles foi aceito.

11 empreiteiros suspeitos de participar do esquema de corrupção na Petrobrás estão presos desde 14 de novembro de 2014.

Os 11 presos são funcionários das principais empreiteiras do País, como Mendes Júnior, OAS, Camargo Corrêa, Galvão Engenharia, Engevix e UTC.

Os denunciados foram citados em delações premiadas pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef, ambos presos, como beneficiários do esquema envolvendo a estatal. Cinco obras em refinarias foram citadas na denúncia, incluindo a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Equipes de defesa dos presos das seis empresas acionaram a Controladoria-Geral da União (CGU) para levantar informações sobre um eventual acordo para colaborar com as investigações e ressarcir os cofres públicos, em troca de continuar contratando com o governo. Todas elas são alvos de processos administrativos, abertos pela CGU, que podem resultar em declaração de inidoneidade.

Libertado. O deferimento do pedido de habeas corpus de Renato Duque, diretor de Serviços da Petrobrás, foi usado em vão pela defesa dos executivos presos da Camargo Corrêa, que tiveram solicitação negada. Duque, apontado por Costa e Youssef como participante do esquema de distribuição de propina na estatal, deixou a prisão em Curitiba no início de dezembro após decisão favorável do ministro do STF Teori Zavascki, relator na Corte da Lava Jato. A defesa dos funcionários da empreiteira argumentou que, como no caso de Duque, não havia necessidade de manter presos o presidente e o vice-presidente da empresa. Zavascki, à época, contestou que se tratava de casos diferentes, reforçando que a prisão de Duque estava atrelada ao risco de fuga do ex-diretor do País.

/ ALEXANDRA MARTINS

É um tribunal privado

Enquanto a Justiça brasileira está afogada em cerca de 95 milhões de processos em tramitação, cresce o número de empresas que optam pela arbitragem como forma rápida e eficaz de resolver conflitos. Trata-se de opção extrajudicial, na qual as partes interessadas, em comum acordo, montam uma espécie de “tribunal privado”, cujo pronunciamento, por lei, tem o mesmo valor de uma sentença judicial.

Os dados mais recentes de uma das principais câmaras de arbitragem do mundo, a Câmara de Comércio Internacional (ICC, em inglês), mostram que o Brasil foi o quarto país no ranking geral de casos protocolados em 2013, atrás apenas dos Estados Unidos, da França e da Alemanha. Dois anos antes, ocupava a 7.^a posição.

Hoje a arbitragem é largamente utilizada no mundo dos negócios, principalmente, em contratos nacionais ou internacionais que envolvem valores altos e questões que demandam expertise do julgador. Diferentemente do que acontece no processo civil, os árbitros são escolhidos pelas partes em conflito sem possibilidade de apelação depois do pronunciamento proferido.

Não é um recurso barato. Além dos gastos com os advogados, há a taxa de administração da instituição escolhida para gerir o caso (câmara de arbitragem) e o honorário dos árbitros. O procedimento, no entanto, é cerca de cinco vezes mais rápido do que o de um processo que corre no Judiciário, o que o torna tão procurado. Explica-se: quando o conflito envolve valores muito altos, um processo judicial excessivamente longo exige lançamento de provisões em balanço, procedimento que pode derrubar demais o resultado contábil e desvalorizar as ações de uma empresa no mercado. Com a arbitragem, as divergências em geral se resolvem em questão de meses, o que livra a empresa dessas exigências.

“A arbitragem é um avanço civilizatório, pelo simples fato de que as empresas escolhem como vão resolver suas divergências”, resume o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, que preside a comissão de juristas do Senado responsável pelo anteprojeto de reforma da Lei de Arbitragem, de 1996.

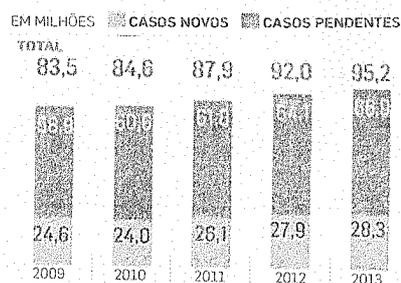
Em tramitação no Congresso, o Projeto de Lei (PL) 404/2013 prevê a ampliação do uso da arbitragem, hoje restrito a questões patrimoniais, para as relações de consumo e de trabalho. Além disso, esclarece as regras do recurso à arbitragem pelos poderes públicos.

A expectativa é de que o PL seja aprovado ainda no início deste ano, mas há um impasse que ainda precisa ser resolvido. Uma emenda (já aprovada na Câmara) desagradou a grande número de juristas por exigir regulamentação para o uso da arbitragem pelo poder público. No entender de Salomão ela descaracteriza a ideia da arbitragem, uma vez que as regras já estão presentes nos contratos. “Se essa emenda for acatada no Senado, vai atrasar tudo”, afirma o ministro.

O ex-juiz da Organização Mundial do Comércio (OMC) e especialista em arbitragem Luiz Olavo Baptista também acredita que esse ponto do PL é preocupante: “Se começar a fazer um regulamento, o mais provável é que alguém que não conheça a matéria queira transformar isso em uma espécie de código de processo, complicando uma coisa que deve ser simples”, alerta. / COLABOROU LAURA MAIA

CONFIRA

● Número de processos que tramitam na Justiça do Brasil



FONTE: CNJ

INFOGRAFICO/ESTADÃO

No gráfico, os dados mais recentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a movimentação processual no Brasil.

● Mais meio ponto

Como esperado pelo mercado, o Copom decidiu ontem por mais uma puxada de 0,5 ponto porcentual na taxa básica de juros. Com isso, a Selic chega aos 12,25% ao ano, maior nível desde julho de 2011. A decisão, unânime, tenta combater a inflação gerada pelo realinhamento dos preços administrados. Em comunicado curto, divulgado após a reunião, a expressão “com parcimônia” foi retirada.

22 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz acaba com sigilo da delação premiada de Youssef

Revelações de doleiro preso deixam classe política em alerta



O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, decidiu ontem liberar o conteúdo do acordo de delação premiada firmado entre o doleiro Alberto Youssef e o Ministério Público Federal (MPF). No acordo, o doleiro citou nomes de políticos que receberam dinheiro do suposto esquema de corrupção na Petrobras.

Moro decidiu levantar o sigilo do acordo para garantir acesso para que as informações prestadas possam ser confrontadas pelos acusados, que deverão ter acesso exclusivo ao depoimento. A decisão foi motivada por pedidos dos advogados dos réus para que pudessem elaborar as defesas que devem apresentar nas ações penais oriundas da sétima fase da Lava Jato. ●

22 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

STJ nega liberdade a executivos da Camargo Corrêa

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedidos de liberdade apresentados por três executivos da construtora Camargo Corrêa presos desde novembro na Operação Lava Jato. A ministra Laurita Vaz rejeitou dois habeas corpus em favor de João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração da empresa; Dalton dos Santos Avancini, diretor-presidente; e Eduardo Hermelino Leite, vice-presidente.

Os executivos se entregaram à Polícia Federal no dia 15 de novembro, após a deflagração da sétima fase da Lava Jato, com foco em executivos e funcionários de nove grandes empreiteiras, que apenas com a Petrobras mantêm contratos que somam R\$ 59 bilhões. ♡

Juiz determina sigilo em delação de Youssef

O juiz Sérgio Moro, responsável pela condução dos processos da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, determinou que a delação premiada realizada pelo doleiro Alberto Youssef fique sob sigilo. Em despacho proferido no último dia 18, o juiz afirma que recebeu, em mãos, cópia do acordo de colaboração premiada celebrado entre o MPF e Alberto Youssef com a homologação pelo ministro Teori Zavascki do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sérgio Moro lembra que recebeu cópias de decisões tomadas por Teori Zavascki nas quais foram deferidas

providências requeridas pelo procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, inclusive quanto ao desmembramento processual, relativamente aos depoimentos tomados por Alberto Youssef e pelo ex-presidente da Petrobras Paulo Roberto Costa.

“Como já há ações penais em curso relativamente à assim denominada Operação Lavajato, tendo sido denunciados ambos, além de terceiros, cumprir dar publicidade ao acordo de colaboração premiada, garantindo o acesso a ele principalmente pelos code-nunciados”, ressalta o juiz em trecho do despacho.

Defesa pede acesso à homologação de doleiro

A defesa do doleiro Alberto Youssef, preso na operação Lava Jato, apresentou pedido junto à Justiça Federal do Paraná para ter acesso aos termos da homologação do acordo realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 19 de dezembro, o ministro Teori Zavascki, responsável pelos processos da Lava Jato no STF, homologou a delação premiada do doleiro. A decisão do ministro abriu caminho para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, propor denúncia contra políticos citados nos depoimentos e acusados de envolvimento no escândalo.

“A defesa através da imprensa teve a notícia de que o acordo de colaboração foi homologado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, por decisão da lavra do Ministro Teori Zavascki, porém até a presente data a defesa não teve acesso à referida decisão, sendo que o prazo para as defesas preliminares está em curso e o requerente deve ter acesso à homologação para poder estimar os termos e os parâmetros de sua defesa técnica”, diz a petição apresentada. A expectativa é que Janot peça no próximo mês de fevereiro investigação contra políticos.

STJ nega pedido de habeas corpus

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de habeas corpus a três dirigentes da construtora Camargo Corrêa presos na sétima fase da Operação Lava Jato, que apura um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras.

A vice-Presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, indeferiu pedidos de liminares em habeas corpus para Eduardo Hermelino Leite, diretor vice-presidente, Dalton dos Santos Avancini, diretor presidente da Camargo Corrêa, e João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração da empresa. A ministra Laurita Vaz é a presidente em exercício do STJ, que está em período de recesso.